

1
2
3 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
4 **RECURSOS HÍDRICOS - CERH/PR**
5

6 **OBJETO:** Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho
7 Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, leitura do expediente,
8 apresentação do Estatuto da Associação dos Usuários dos Recursos Hídricos
9 da Bacia do Rio Tibagi, apresentação e aprovação do Contrato de Gestão e
10 plano de trabalho, referente à Bacia do Rio Tibagi, apresentação do estatuto da
11 Associação de Usuários e Recursos Hídricos da Bacia do Rio Jordão,
12 apresentação e aprovação do Contrato de Gestão e plano de trabalho,
13 referente à Bacia do Rio Jordão, aprovação da constituição do Comitê da Bacia
14 do Rio Pirapó, aprovação da constituição do Comitê da Bacia do Paraná III,
15 solicitação de instalação do Comitê da Bacia do Rio Piquiri, solicitação de
16 instalação do Comitê da Bacia Médio Iguaçu, solicitação de instalação do
17 Comitê da Bacia do Paranapanema 3, solicitação de instalação do Comitê da
18 Bacia do Paranapanema 4, aprovação de Constituição de Câmara Técnica
19 para instruir decisões do Conselho relativas à gestão do Fundo Estadual de
20 Recursos Hídricos, Assuntos Gerais e Encerramento.

21

22

23

24 Aos 17 dias do mês de dezembro de 2002, às 09:00 horas, na Sala do
25 Conselho do Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias
26 do Paraná – CIETEP, realizou-se a 4ª reunião do Conselho Estadual de
27 Recursos Hídricos do Estado do Paraná – CERH/PR, contando com a
28 presença do Presidente do Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente
29 e Recursos Hídricos, JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, da Secretária
30 Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, MARIANNA SOPHIE
31 ROORDA, dos Conselheiros Titulares: YÁRA CHRISTINA EISENBACH, da
32 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL; LUIZ
33 ROBERTO DE SOUZA, da Secretaria de Estado da Agricultura e do
34 Abastecimento – SEAB; ROSANA SCARAMELLA, da Secretaria de Estado dos
35 Transportes – SETR; LORIS CARLOS GUESSE da Companhia de Habitação
36 do Paraná – COHAPAR; NICOLAU IMTHON KLÜPPEL, Diretor-Presidente da
37 Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
38 Ambiental – SUDERHSA; GIL FERNANDO BUENO POLIDORO, da
39 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC; MÁRCIA CARLA
40 PEREIRA RIBEIRO, Procuradora da Procuradoria Geral do Estado; MARIA
41 APARECIDA ZAGO UDENAL, Prefeita Municipal de Iporã; RALPH
42 CARVALHO GROSZEWICZ, da Universidade Federal do Paraná – UFPR;
43 INGRID ILLICH MÜLLER, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos –
44 ABRH; ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da Associação de Proteção ao Meio
45 Ambiente de Cianorte – APROMAC; LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA,
46 Diretor Superintendente da COPEL GERAÇÃO S.A.; ODAIR CESCHIN, da
47 Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP e GUNTOLF VAN
48 KAICK, do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná –
49 OCEPAR; e dos Conselheiros Suplentes: JORGE ANDRIGUETTO JÚNIOR, da
50 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL; JOÃO

51PERCY HOHMANN da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do
52Turismo – SEIT; ÂNGELA MOREIRA GORSKE, da Secretaria de Estado do
53Desenvolvimento Urbano – SEDU; ANTÔNIO CARLOS SETTI, da Secretaria
54de Estado da Saúde – SESA; IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR, da
55Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
56Ambiental – SUDERHSA; ANA CECÍLIA BASTOS ARESTA NOWACKI, do
57Instituto Ambiental do Paraná – IAP; LUIZ MARCOS FEITOSA DOS SANTOS,
58da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
59ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado; REINALDO
60CARDOSO, Prefeito Municipal de Castro; VALMIR DE FRANÇA, da
61Universidade Estadual de Londrina – UEL; FERNANDO VELLOZO
62RODERJAN, do Núcleo de Apoio Integrado Pró-Iguaçu – NAIPI e LUIZ
63ANSELMO MERLIN TOURINHO, da Federação da Agricultura do Estado do
64Paraná – FAEP e dos convidados ALEX DIAS DE AZEVEDO, da TRACTEBEL
65ENERGIA; ANDRÉ R. ANGONESE, da Prefeitura Municipal de Toledo;
66BOLIVAR L. MENONCIR JR, da SANEPAR; JOSÉ EUDES JANUÁRIO, da
67Prefeitura Municipal de Maringá; JAIR GIRALAI, da SANEPAR; LUCIANA
68SICUPIRA ARZUA, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos
69Hídricos – SEMA; CLÓVIS AGRIPINO TOSIM DA SILVA, da TRACTEBEL
70ENERGIA S.A.; REGINALDO DE OLIVEIRA, da TRACTEBEL ENERGIA S.A.;
71ROGÉRIO MORO da SIMEPAR; ESTER L. TEREZAN da APROMAC;
72ANTONIO MARTIM GONÇALVES SOARES, da Fundação Cultural Xingú;
73ARNALDO F. SUCUPIRA, Prefeito Municipal de Ubitatã; ENEAS SOUZA
74MACHADO, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e
75Saneamento Ambiental – SUDERHSA; MARIA CRISTINA MARIN, da RHE
76Consultoria Participações; IBSON CAMPOS, da Secretaria Municipal do Meio
77Ambiente – SMMA/PMC; WAGNER LUIZ KREMLING do COPATI; DAGO
78ALFREDO WOHL, Presidente do SEC-CORPRERI; FRANCISCO JOSÉ
79LOBATO DA COSTA, da Agência das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira;
80GABRIEL CORREA da Associação dos Usuários de Recursos Hídricos da
81Bacia do Rio Jordão; AFONSO MARANGONI, da Associação dos Usuários de
82Recursos Hídricos da Bacia do Rio Jordão; ÁLVARO GUERRA, da
83COFERCATU; JOSÉ ADRIANO DA SILVA, da ALCOPAR; RANIERE DA
84SILVEIRA, da COPAGRA; CLÁUDIO KLEMLZ, da FAEP; SANDRA REGINA
85VIOTTO, da ALCOPAR; VALDOMIRO VIDAL, da Prefeitura Municipal de
86Jaguapitã; JOSÉ ROBERTO BALAN NASSIF, advogado; LUCILENE T.
87FURLAN, coordenação de Projetos; VENDOLINO FISCHER, da ELEJOR;
88REINALDO RIBEIRETE, do COPATI; FERNANDO HENRIQUE FALKIEWICZ,
89da PETROBRAS. O Presidente do CERH/PR, Secretário JOSÉ ANTONIO
90ANDREGUETTO deu início à reunião, saudando os Conselheiros e demais
91presentes. A seguir, passou a palavra à Secretária Executiva do Conselho,
92MARIANNA SOPHIE ROORDA, que comunicou que os membros do Conselho
93havia recebido antecipadamente ofício com a pauta da reunião, bem como
94anexos mencionados no Ofício Circular nº 18/2002 da Presidência do
95Conselho, conforme determina o Regimento Interno do CERH/PR. A seguir
96passou à leitura da Pauta da 3ª Reunião do Conselho. Na sequência colocou
97em discussão a Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho. A Conselheira
98MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, Procuradora Geral do Estado,
99mencionou que não pode participar da 1ª Reunião Extraordinária do CERH/PR,
100e tampouco a Dra. Ana Cláudia Bento Graf, Conselheira Suplente pela PGE,

101mas solicitou que constasse da Ata da 4ª Reunião Ordinária do CERH/PR que
102a Procuradoria havia encaminhado um ofício anteriormente à realização da 1ª
103Reunião Extraordinária, expondo dois Pareceres contrários ao Contrato de
104Gestão e Estatuto da Associação dos Usuários das Bacias do Alto Iguaçu/Alto
105Ribeira, e que havia solicitado que fosse distribuída cópia dessa documentação
106aos Conselheiros antes da realização da Reunião. Mencionou também que
107tomou conhecimento que o Presidente do Conselho recebeu o documento
108extemporaneamente e que não teve tempo hábil para fazer as cópias para os
109Conselheiros, e que a matéria havia sido deliberada e aprovada. O Presidente
110do Conselho, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO mencionou a
111importância do registro em Ata, e mencionou que o Regimento Interno do
112CERH/PR determina que as proposições devem ser encaminhados à
113Secretaria Executiva do Conselho, e que, por um equívoco, o processo foi
114encaminhado à sua pessoa, sendo que ele estava viajando, e que só tomou
115conhecimento do mesmo após a reunião do Conselho. Esclareceu que anexou
116os Pareceres da PGE ao Processo que tratava do Contrato de Gestão,
117aprovado por unanimidade na Reunião do Conselho, e que foi encaminhado à
118Secretaria de Estado do Governo. A Conselheira ROSANA SCARAMELA, da
119Secretaria de Estado dos Transportes mencionou que gostaria que se
120colocasse o Parecer da Procuradoria, para se ter uma idéia porque a PGE é
121contra o Contrato de Gestão. A Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA
122SOPHIE ROORDA explicou que as questões levantadas no Parecer da PGE
123são quanto à dominialidade da Bacia do Rio Iguaçu e quanto à personalidade
124jurídica da Associação como de “utilidade pública” previsto na Lei nº 12.726/99
125e de “interesse público” mencionado no Estatuto da Associação. Na seqüência
126foi colocado em votação a aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do
127CERH/PR, que foi aprovada por unanimidade. A seguir passou ao relato do
128expediente, mencionando os ofícios recebidos: ofícios de todas as instituições
129que constavam da composição da Mesa Diretora do Comitê da Bacia do Rio
130Pirapó e do Comitê da Bacia do Paraná III, indicando os seus representantes
131nessas Mesas Diretoras; ofícios dos Presidentes do Comitê da Bacia do Rio
132Tibagi e do Comitê da Bacia do Rio Jordão, propondo a celebração do Contrato
133de Gestão entre o COPATI e o Estado do Paraná e a Associação de Usuários
134de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Jordão e o Estado do Paraná; ofícios
135das Presidências das Mesas Diretoras da Bacia do Rio Pirapó e da Bacia do
136Paraná III encaminhando proposta para Constituição definitiva dos respectivos
137Comitês; ofícios encaminhando solicitação de instalação dos Comitês das
138Bacias do Rio Piquiri, Médio Iguaçu, Paranapanema III e Paranapanema IV.
139Também foram recebidos ofícios justificando ausência na Reunião do
140Conselho, da SIMEPAR, justificando ausência do Conselheiro Eduardo Alvim
141Leite, e da Prefeitura Municipal de Curitiba, do prefeito Cássio Taniguchi. A
142seguir a Secretária Executiva do CERH/PR passou ao terceiro item da pauta,
143que seria a apresentação do Estatuto da Associação dos Usuários de Recursos
144Hídricos da Bacia do Rio Tibagi. Por se tratar de reunião com pauta bastante
145extensa sugeriu que quanto aos itens 3,4,5 e 6 da pauta, que não se fizesse a
146apresentação dos Estatutos e dos Contratos de Gestão, por se tratar
147basicamente de cópia dos apresentados para a Bacia do Alto Iguaçu e Alto
148Ribeira na 1ª Reunião Extraordinária do CERH/PR. Mencionou que a
149SUDERHSA, na qualidade de Secretaria Executiva do Conselho, fez uma
150análise dos requisitos necessários para o reconhecimento como UED e sugeriu

151que se apresentasse os Pareceres da SUDERHSA referente aos mesmos, e
152posteriormente se passasse aos Planos de Trabalho da Bacia do Rio Tibagi e
153da Bacia do Rio Jordão. A Conselheira MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
154da PGE mencionou que no seu entendimento, independente de serem
155basicamente cópia do apresentado para o Alto Iguaçu e Alto Ribeira, os
156Contratos de Gestão deveriam ter sido encaminhadas à Procuradoria para uma
157análise prévia dos mesmos. O Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA,
158da COPEL, mencionou que todos os Conselheiros haviam antecipadamente
159recebido toda a documentação. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
160ANDREGUETTO, mencionou que o Conselho teria que encaminhar o Contrato
161de Gestão ao Governador, que necessitaria de um Parecer para a assinatura
162do Contrato, independente da aprovação pelo Conselho. Propôs que se fizesse
163a aprovação no Conselho e que se encaminhasse o processo à PGE antes do
164encaminhamento ao Governador para assinatura. Colocou em votação a
165proposta, que foi aprovada com um voto contrário da PGE. A seguir a
166Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, apresentou
167os Pareceres Técnicos e Jurídicos referentes aos Estatutos das Associações
168dos Usuários de Recursos Hídricos e Contratos de Gestão das Bacias do Rio
169Tibagi e do Rio Jordão (**anexo 1 e 2**). Primeiramente referindo-se à Bacia do
170Rio Tibagi, explicou que no Parecer Técnico foi feita uma análise se as
171Associações, segundo a legislação vigente, atendiam os requisitos necessários
172para seu reconhecimento como Unidade Executiva Descentralizada em termos
173de número de Associados e em termos de vazão outorgada. Quanto ao
174Parecer Jurídico, o principal questionamento da Assessoria Jurídica da
175SUDERHSA, e que também foi questionado pela PGE, é quanto à qualificação
176da Associação, entendendo conveniente salientar que não basta a menção de
177que a mesma é “pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de
178interesse social” como faz menção a redação do art. 1º, mas sim de que a
179mesma seja declarada de utilidade pública, nos termos do art. 14, inciso I do
180Decreto 2316/00 e no caput do art. 45 da Lei nº 12726/99. No final do Parecer
181Jurídico foi mencionado que havia uma proposta de alteração de dispositivo
182legal, através do Projeto de Lei nº 693/02, que facultaria a possibilidade das
183Associações credenciarem-se junto ao Governo Federal, visando o
184reconhecimento das mesmas como Organização da Sociedade Civil de
185Interesse Público, nos termos da Lei Federal nº 9790/99, e que caso o
186mencionado projeto de Lei fosse sancionado, o COPATI e a Associação de
187Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Jordão poderiam qualificar-se
188como OSCIP, atendendo assim as disposições legais, com vistas a celebrar o
189Contrato de Gestão pretendido. Perante essas considerações, foi proposto que
190a votação fosse condicionada ao atendimento dos itens constantes nos
191Pareceres Técnicos e Jurídicos da SUDERHSA. A Secretária Executiva do
192Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, propôs que se passasse ao
193reconhecimento do COPATI como Unidade Executiva Descentralizada, visto o
194atendimento nas questões referentes a número de usuários de recursos
195hídricos e de vazão outorgada, e que na questão do Estatuto a proposta era de
196que fosse encaminhada com as alterações no Capítulo IV e condicionada à
197sanção do Projeto de Lei nº 693. Ao colocar em votação, o Conselheiro
198REINALDO CARDOSO, Prefeito de Castro, esclareceu que houve uma reunião
199do COPATI com os prefeitos do Alto e Baixo Tibagi, bem como usuários de
200recursos hídricos, na qual ficou determinada que haveriam algumas

201modificações no Estatuto do COPATI em questões onde não houveram
202concordância dos Prefeitos e que naquela tarde haveria uma reunião em Ponta
203Grossa com as Assessorias Jurídicas das Prefeituras e dos usuários de
204recursos hídricos para se discutir essas questões. Gostaria de que constasse
205em Ata que como já haviam algumas modificações sugeridas, que se
206proveitasse também para essas outras. O Conselheiro ELEUTÉRIO
207LANGOWSKI, da APROMAC, mencionou ter dúvidas de votar, visto que o
208Estatuto poderia ter alterações na reunião da tarde. A Secretária Executiva do
209CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, mencionou que o que estava
210sendo votado era o Estatuto com as alterações apresentadas naquela reunião.
211O Conselheiro REINALDO CARDOSO, disse não ter nada contra a aprovação
212do Estatuto, mas que as alterações pudessem ser aprovadas na reunião
213seguinte do Conselho. A Conselheira MARIA APARECIDA ZAGO UDENAL,
214Prefeita de Iporã, disse entender mais conveniente que se colocasse as
215alterações naquela reunião, visto que a reunião seguinte estaria prevista para
216dali a seis meses. O Prefeito REINALDO CARDOSO disse que não poderia
217falar em nome da Comissão, e perguntou se era possível de alterar o Estatuto
218posteriormente, o que foi confirmado pela Secretária Executiva do CERH/PR.
219A Conselheira ROSANA SCARAMELA da Secretaria de Transportes disse não
220se sentir segura de votar sim ou não e que queria se abster de votar. O
221Conselheiro LUIZ ANSELMO MERLIN TOURINHO, da FAEP, mencionou
222preocupação em votar um Estatuto que poderia ser modificado, e a
223Conselheira MARIA APARECIDA ZAGO UDENAL também disse estar
224preocupada em votar uma proposta não acabada. O Presidente do Conselho,
225JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO pediu para passar a sua palavra para a
226Coordenadora de Recursos Hídricos e Atmosféricos da SEMA, LUCIANA
227SICUPIRA ARZUA, que esclareceu que o Estatuto que foi oficialmente
228encaminhado à SUDERHSA veio na forma que a Lei exige, que foi sobre
229aquele texto que a SUDERHSA se manifestou no Parecer Técnico e Jurídico, e
230que todos os componentes do COPATI estariam assumindo o Estatuto que foi
231encaminhado ao Conselho. Comentou que é lógico que numa associação
232sempre haverá discussões internas com necessidades de atualização.
233Salientou que o Prefeito de Castro tinha assento no Conselho como
234representante dos Municípios do Estado do Paraná e não como representante
235do COPATI, e que o processo já havia passado pelo Comitê do Rio Tibagi, que
236é a instância primeira de decisão e apreciação do tema. E que, portanto, o
237Estatuto ao vir encaminhado e assinado pela maioria dos usuários, que o
238mesmo estaria validado à luz da nossa legislação, e que discussões com vistas
239à melhorias poderão acontecer ao longo do tempo. A Conselheira MÁRCIA
240CARLA PEREIRA RIBEIRO da PGE mencionou que a pauta era de
241apresentação do Estatuto e não da aprovação. A Secretária Executiva do
242CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, mencionou que o Art. 38 da Lei
243Estadual nº 12726/99, diz que cabe ao Conselho Estadual de Recursos
244Hídricos o reconhecimento das Associações como Unidade Executiva
245Descentralizada, e que a apresentação do Estatuto era um dos requisitos
246necessários para esse reconhecimento. A Conselheira ANA CECÍLIA BASTOS
247ARESTA NOWACKI, do IAP, sugeriu que se passasse então ao 4º item da
248pauta, que seria a aprovação do Contrato de Gestão, e que ao ser aprovado o
249Contrato de Gestão, o Conselho estaria referendando as Associações como
250Unidade Executiva Descentralizada, o que foi acordado pelos membros do

251 Conselho. Na seqüência, a Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA
252 SOPHIE ROORDA, convidou o senhor Wagner Luiz Kreling, Secretário
253 Executivo do COPATI, para fazer a apresentação do Plano de Trabalho, anexo
254 do Contrato de Gestão da Bacia do Rio Tibagi. O Senhor WAGNER LUIZ
255 KRELING após cumprimentar o Secretário, Conselheiros e demais presentes
256 fez a apresentação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão (**vide anexo**
257 **3**). Ao término da apresentação foi aberta a palavra para as considerações dos
258 Conselheiros. O Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC,
259 indagou sobre o prazo de vigência do Contrato de Gestão, sendo que o senhor
260 WAGNER LUIZ KRELING esclareceu que o Contrato teria um prazo de
261 vigência de 24 meses, para renovação ao término deste prazo. A Conselheira
262 YÁRA CHRISTINA EISENBACH, da SEPL, mencionou que foi estipulado um
263 prazo de dois anos, para que haja renovação, e para que as metas durante
264 todo esse prazo sejam ajustadas e medidas. Disse também que se as
265 Unidades Executivas Descentralizadas não atuarem de acordo com as metas
266 de desempenho, de atingimento de objetivos, elas poderão deixar de ser a
267 UED. Na seqüência o Conselheiro RALPH CARVALHO GROSZEWICZ, da
268 UFPR, indagou qual o valor que se teria em aprovar o Contrato de Gestão, se a
269 Associação não era de utilidade pública nem uma OSCIP. A Secretária
270 Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, mencionou que as
271 questões relativas ao Alto Iguaçu e Alto Ribeira, já aprovadas pelo Conselho,
272 são exatamente as mesmas, e que as Associações só poderiam assinar o
273 Contrato de Gestão se o Projeto de Lei nº 693/02 fosse sancionado. O
274 Secretário Executivo do COPATI, WAGNER LUIZ KRELING, esclareceu que a
275 personalidade jurídica do COPATI era de utilidade pública, e que em relação a
276 uma OSCIP, estariam recebendo um comunicado oficial nos próximos 10 dias.
277 O Presidente do Conselho, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO,
278 esclareceu que o fato de estar aprovado pelo Conselho não quer dizer que será
279 assinado, e que enquanto não se cumprissem as condições necessárias, os
280 Contratos não seriam assinados. Foi colocada em votação a aprovação
281 condicionada do Contrato de Gestão, que foi aprovado com um voto contrário
282 da PGE e demais votos favoráveis. A Conselheira MÁRCIA CARLA PEREIRA
283 RIBEIRO, da PGE, solicitou que o voto fosse declarado em ata nos seguintes
284 termos: *“que a Procuradoria não acha apta na condição de representante do*
285 *Estado neste Conselho, não se acha apta a aprovar o Contrato de Gestão e o*
286 *Plano de Trabalho com uma Associação que ainda não existe, cuja condição*
287 *de utilidade pública depende de um Projeto de Lei que ainda não foi*
288 *sancionado. Por isso a Procuradoria não aprova o Contrato, e o Plano de*
289 *Trabalho”*. O Presidente do Conselho, Secretário JOSÉ ANTONIO
290 ANDREGUETTO, disse estar declarado o voto. A seguir mencionou que a
291 Conselheira Yára Christina Eisenbach informou que a Lei já havia sido
292 sancionada e inclusive publicada em Diário Oficial, mas que ele não tinha esta
293 informação. A Conselheira ROSANA SCARAMELLA, da SETR, mencionou que
294 em função desse conflito preferia se abster. O Presidente JOSÉ ANTONIO
295 ANDREGUETTO considerou aprovado o Contrato de Gestão, com um voto
296 contrário e uma abstenção. Na seqüência a Secretária Executiva MARIANNA
297 SOPHIE ROORDA fez a apresentação dos Pareceres da Assessoria Jurídica e
298 da Área Técnica da SUDERHSA, referentes à Bacia do Rio Jordão,
299 apresentação esta similar à que foi feita para a Bacia do Rio Tibagi, e que
300 constam do **anexo 2**. Mencionou que a ressalva feita no Parecer Jurídico,

301segundo informações da Conselheira Yára Christina Eisenbach, já estariam
302resolvidos com a sanção da referida Lei. A seguir, convidou o Sr. Afonso
303Marangoni, presidente da Associação dos Usuários de Recursos Hídricos da
304Bacia do Rio Jordão, para fazer a apresentação do Plano de Trabalho da Bacia
305do Rio Jordão. O Sr. AFONSO MARANGONI disse que a Associação já havia
306cumprido todas as disposições legais, que no dia anterior o Ministério da
307Justiça havia deferido a solicitação de criação da OSCIP do Rio Jordão.
308Informou que os usuários aprovaram uma taxa de matrícula para cobrir as
309despesas da Associação até que a UED estivesse efetivada. Na seqüência
310passou a palavra ao Sr. Gabriel Correa para fazer a apresentação do Plano de
311Trabalho. O Sr. GABRIEL CORREA saudou o Presidente do Conselho e
312demais Conselheiros, e iniciou a apresentação do Plano de Trabalho (**vide**
313**anexo 4**), apresentando inicialmente as características físicas, bem como da
314população da região. Ressaltou as condições de conservação desta Bacia, e
315destacou que se trata de uma Bacia mais de oportunidades do que de
316problemas. E que o Plano, e a ação da UED, seria caracterizado
317fundamentalmente em ações de proteção e conservação, e pelas
318características da Bacia, poderia se constituir em uma Bacia modelo do Estado
319do Paraná, em especial para modelagens de pesquisas e estudos na área da
320hidrologia e na gestão de recursos hídricos. Discorreu sobre os níveis de
321abordagem do Plano, e comentou que o Plano de Bacia estava definida por
322subprojetos, que foram apresentados para cada área delimitada no **anexo 4**.
323Ao encerrar a apresentação, a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE
324ROORDA abriu a palavra para as considerações dos Conselheiros. O
325Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA, Diretor Superintendente da
326COPEL, disse que não tinha nada a comentar, mas que gostaria de
327parabenizar o Sr. Gabriel pela brilhante apresentação. O Conselheiro
328NICOLAU KLÜPPEL, Diretor Presidente da SUDERHSA também parabenizou
329o Sr. Gabriel, mencionou que ficou entusiasmado com a apresentação, que
330provavelmente a Bacia do Rio Jordão seria modelo para as demais UEDs. Na
331seqüência a Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH também elogiou a
332apresentação e mencionou que havia acompanhado todo o trabalho
333desenvolvido na Bacia do rio Jordão. Comentou que a Bacia do Alto Iguaçu e
334Alto Ribeira teria recebido recursos financeiros do Banco Mundial. Que a Bacia
335do Tibagi também teve um aporte de recursos porque era da intenção do
336Banco testar o Sistema em uma Bacia de domínio do Estado. E que para as
337outras Bacias haviam sido iniciadas tratativas com a ANA para a instalação de
338outras UEDs. Na seqüência a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA
339SOPHIE ROORDA, colocou em votação o Contrato de Gestão e o seu anexo
340Plano de Trabalho, sendo que o mesmo foi aprovado com um voto contrário da
341PGE. A seguir, solicitou uma inversão de pauta, passando ao item 8 da pauta
342que trata da aprovação da constituição do Comitê da Bacia do Paraná III, e
343convidou o Sr. André Angonese, Secretário Municipal de Meio Ambiente de
344Toledo, para fazer a apresentação da proposta. O Sr. ANDRÉ ANGONESE
345cumprimentou o Presidente do Conselho e agradeceu a colaboração da
346Secretaria de Planejamento, na pessoa da Conselheira Yára Eisenbach, na
347condução dos trabalhos da Bacia do Paraná III. Mencionou que a Mesa Diretora
348formalizada na reunião anterior do Conselho conduziu os trabalhos de
349constituição do Comitê sob o comando do seu presidente, o prefeito de Toledo,
350Derli Antonio Donin. Falou da importância da região e detalhou as etapas de

351instituição da Mesa Diretora Provisória e de definição da Constituição do
352Comitê, conforme descrito no **anexo 5** desta Ata, e apresentou as instituições
353e os nomes propostos para a composição do Comitê para aprovação do
354Conselho. Ao final, mencionou que em função do “I Encontro das Águas” em
355Toledo em abril daquele ano, houve uma participação efetiva da Comunidade
356Organizada e também dos Setores de Usuários de Recursos Hídricos. A seguir
357a Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, colocou
358em votação a aprovação do Comitê da Bacia do Paraná III, que foi aprovado
359por unanimidade. A Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH solicitou a
360palavra para solicitar que fosse registrado que o Projeto de Lei nº 693/02,
361conforme havia anteriormente comentado, havia sido sancionado sob nº 13.949
362de 11 de dezembro de 2002 e publicado no Diário Oficial do Estado de número
3636.376, também de 11 de dezembro de 2002. Na seqüência a Secretária do
364CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA passou ao item 7 da pauta, e
365solicitou que o Senhor José Eudes Januário, Presidente da Mesa Diretora
366Provisória, fizesse a apresentação da constituição do Comitê da Bacia do Rio
367Pirapó para aprovação do Conselho. O Senhor JOSÉ EUDES JANUÁRIO
368mencionou que faria uma apresentação bastante breve, que o processo de
369constituição do Comitê da Bacia do Rio Pirapó teria sido similar ao da Bacia do
370Paraná III, anteriormente apresentado, com apenas uma peculiaridade, isto é,
371com representação igualitária do Poder Público, Usuários de Recursos Hídricos
372e Sociedade Civil, cada um com 12 representantes, portanto num total de 36
373membros, e apresentou uma tabela com a proposta de instituições e membros
374representantes do Comitê da Bacia do Paraná III. Na seqüência foi aberta a
375palavra para as considerações dos Conselheiros. O Conselheiro ELEUTÉRIO
376LANGOWSKI, da APROMAC, parabenizou a Mesa Diretora por manter o
377princípio da isonomia entre as 3 partes. A Conselheira YÁRA CHRISTINA
378EISENBACH também parabenizou a iniciativa, mas mencionou que esta é uma
379decisão local de cada Bacia Hidrográfica. Ao ser colocado para votação a
380aprovação da constituição do Comitê da Bacia do Rio Pirapó, o Conselheiro
381ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC, declarou que gostaria de se abster
382da votação, tendo em vista que a APROMAC participa daquele Comitê. A
383Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, colocou
384em votação a aprovação da matéria, que foi aprovada com uma abstenção da
385APROMAC. Na seqüência passou ao item seguinte da pauta, a solicitação de
386instalação do Comitê da Bacia do Rio Piquiri, e convidou o Prefeito de Ubitatã,
387ARNALDO SUCUPIRA, para fazer a apresentação. O mesmo, após
388cumprimentar o Presidente do CERH/PR e demais Conselheiros, mencionou
389que foi oficialmente nomeado por 23 municípios para vir ao Conselho fazer a
390solicitação de instalação do Comitê da Bacia do Rio Piquiri. Mencionou da sua
391preocupação com a questão ambiental, mas que saia animado da reunião por
392perceber a vontade dos Conselheiros de resolver estas questões. A seguir
393passou a palavra ao Senhor Antônio Martim Gonçalves Soares para fazer a
394apresentação (**vide anexo 6**). O Secretário de Administração de Ubitatã,
395ANTÔNIO MARTIM GONÇALVES SOARES, mencionou que houve uma forte
396integração na Bacia do Rio Piquiri, reunindo mais de 40 Prefeitos e Sociedade
397Civil Organizada, e que se basearam na experiência do COPATI e de outros
398Comitês em formação. Fez uma breve exposição das características físicas da
399Bacia. Mencionou que as exigências legais para solicitação de instalação do
400Comitê estavam atendidas, e que os principais problemas da Bacia eram o

401assoreamento, provocado pela exploração da agricultura e também pela
402mecanização existente, e pela falta da preservação da Mata Ciliar. Mencionou
403que teriam condições de recuperar tanto a Fauna como a Flora da Bacia, e que
404a proposta encaminhada para composição da Mesa Diretora contaria com o
405Prefeito de Ubiratã, Arnaldo Ferreira Sucupira, como Presidente. Por último,
406comentou que haviam realizado na região alguns trabalhos de conscientização
407sobre a água no mundo, agradeceu a atenção e colocou-se à disposição de
408todos. O Conselheiro GUANTOLF VAN KAICK, da OCEPAR, parabenizou a
409apresentação, e disse que essas apresentações são um aprendizado
410permanente para todos os Conselheiros, e que havia apenas uma pequena
411correção a ser feita no documento de solicitação de instalação do Comitê
412quanto ao número de uma Lei citada. Feita essa colocação, a Secretária
413Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, colocou para
414aprovação a solicitação de instalação do Comitê da Bacia do Rio Piquiri, que foi
415aprovada por unanimidade. Na seqüência convidou o Sr. Dago Alfredo Woehl,
416presidente do SEC-CORPRERI, para fazer a solicitação de instalação do
417Comitê dos Afluentes Integralmente Paranaenses da Bacia do Médio Iguaçu. O
418Sr. DAGO ALFREDO WOEHL cumprimentou os presentes e mencionou que se
419tratava da formação de um Comitê de trecho de Bacia, entre Porto Amazonas e
420a foz do Rio Jordão, e que se tratava de uma Bacia ainda bastante preservada.
421Disse que a SEC-CORPRERI estava envolvida no processo porque estiveram
422durante os últimos 10 a 12 anos envolvidos nas questões das cheias na Bacia
423do Médio Iguaçu e que haviam coordenado recentemente dois workshops para
424tomadores de decisão dentro do Programa Associado de Controle e
425Gerenciamento de Cheias, e que uma das Resoluções do Workshop havia sido
426justamente a criação de um Comitê como instrumento auxiliar e institucional,
427para que se pudesse, não só cuidar da questão das cheias, mas também
428trabalhar para a preservação do trecho entre Porto Amazonas e a foz do Rio
429Jordão. Destacou que a visão política e estratégica dos Estados do Paraná e
430Santa Catarina, que estão envolvidos em parte do trecho do Rio Iguaçu, era de
431primeiramente formar os Comitês Estaduais e numa segunda fase, um Comitê
432do trecho do Médio Iguaçu, e no futuro, um Comitê de Integração entre o Alto
433Iguaçu, Médio Iguaçu e Baixo Iguaçu, desta forma, conduzindo o trabalho de
434implantação, atendendo a legislação. Destacou algumas características físicas
435e sócio-econômicas da região, e que gostaria de falar da água, não como um
436problema, mas como uma solução para a questão da vida e do
437desenvolvimento regional, e que para proteger a qualidade de vida ainda
438existente na Bacia, fez um apelo para que se aprovasse a formação do Comitê.
439Por fim, agradeceu a todos que colaboraram para que essa proposta de
440instalação de Comitê acontecesse. O Presidente do Conselho, JOSÉ
441ANTONIO ANDREGUETTO, agradeceu a apresentação e colocou em votação
442a aprovação de instalação do Comitê dos Afluentes Integralmente Paranaenses
443da Bacia do Médio Iguaçu, que foi aprovado por unanimidade. A seguir passou
444a palavra ao Senhor Miro Vidal, para fazer a apresentação da solicitação de
445instalação do Comitê da Bacia do Paranapanema 3. O Sr. MIRO VIDAL
446cumprimentou os Conselheiros e demais pessoas presentes, fez um relato das
447características físicas da região, mencionou a sua grande preocupação com a
448devastação daquela região do Paraná e com o conseqüente assoreamento dos
449rios, da fundamental importância da água e da instituição do Comitê da Bacia
450do Paranapanema III, conforme apresentado no **(anexo 7)**. A seguir a

451 Secretária Executiva do CERH/PR colocou em votação a aprovação da
452 solicitação de instalação do Comitê da Bacia do Paranapanema 3, que foi
453 aprovado por unanimidade. Na seqüência convidou o Sr. Ranieri Silveira para
454 fazer a solicitação de instalação do Comitê da Bacia do Paranapanema 4. O Sr.
455 RANIERI SILVEIRA cumprimentou o Presidente do Conselho e demais
456 Conselheiros, e fez comentários sobre a localização, características físicas e
457 histórico da colonização da Bacia do Paranapanema 4, e apresentou a
458 solicitação de instalação do Comitê da Bacia do Paranapanema IV (**vide anexo**
459 **8**). A Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA
460 agradeceu a participação do Sr. Ranieri Silveira e colocou a matéria para
461 votação, sendo que foi aprovada por unanimidade. A seguir passou ao último
462 item da pauta, tratando-se de proposta de constituição de Câmara Técnica, de
463 caráter permanente, para instruir decisões do Conselho relativas à gestão do
464 Fundo Estadual de Recursos Hídricos, discorreu sobre as regras para
465 composição de Câmaras Técnicas, previstas no Capítulo IV do Regimento
466 Interno do CERH/PR, e passou a palavra ao Presidente do Conselho. O
467 Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO sugeriu que participassem da
468 Câmara Técnica, a SUDERHSA, por ser responsável pela gestão do Fundo, a
469 SEFA e a PGE para a relatoria. Solicitou que fossem indicados os outros dois
470 membros da Câmara. A Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH sugeriu
471 que participassem um usuário de recursos hídricos e um representante da
472 Sociedade Civil. O Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA mencionou
473 o interesse da COPEL em participar da Câmara Técnica, e em não havendo
474 manifestação de representantes da Sociedade Civil a outra vaga foi preenchida
475 pelo representante da FIEP. Na seqüência a Secretária Executiva do
476 CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, no item Assuntos Gerais, abriu a
477 palavra para os Conselheiros que quisessem fazer uso da mesma. A
478 Conselheira MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO mencionou que a Lei
479 aprovada, apresentada aos Conselheiros como minuta de Lei, não fazia
480 menção à redução de prazo de um ano de exercício para a declaração de
481 utilidade pública, e que conseqüentemente o prazo continuava sendo
482 necessário. A Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH disse ter um
483 entendimento diferente, que as associações de usuários de recursos hídricos
484 ou consórcios intermunicipais poderiam optar ou pela obtenção de
485 reconhecimento de utilidade pública, ou, pelo credenciamento junto ao Governo
486 Federal como OSCIP. Mencionou que as duas Associações já haviam
487 pleiteado o reconhecimento como OSCIP. O Conselheiro NICOLAU KLÜPPEL,
488 Diretor Presidente da SUDERHSA, disse que gostaria de dar uma boa notícia
489 ao Conselho, que no dia 21 de dezembro estaria sendo entregue pelo
490 Secretário e Governador, o Canal de Piracema que ligaria o Rio Paraná à
491 Barragem de Itaipu, canal este com 10 km de comprimento e com 117 metros
492 de desnível. A seguir a Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH
493 mencionou que seria interessante agendar uma reunião com todos os Comitês
494 de Bacia, com as Associações de Usuários, e com todas as Mesas Diretoras
495 Provisórias, com a participação do Banco Mundial, representantes de outros
496 Estados e da Agência Nacional de Águas, para uma troca de experiências.
497 Agradeceu a participação de todas as instituições no processo de construção
498 da legislação paranaense, e mencionou que se tratava da única legislação a
499 nível nacional totalmente regulamentada. Mencionou ainda que sentia um
500 imenso orgulho de ter participado de todo esse processo. Sugeriu que os atuais

501representantes do Governo marcassem reunião com os Secretários já
502confirmados, para indicarem os próximos representantes no Conselho, para dar
503continuidade ao processo. O Presidente do Conselho, Secretário JOSÉ
504ANTONIO ANDREGUETTO, mencionou que achava muito difícil isto
505acontecer, mesmo porque muitos Secretários ainda não estavam definidos.
506Entendeu também que o tempo era curto, e que o atual Governo teria que
507encerrar as atividades que eram de sua obrigação. A Conselheira MARIA
508APARECIDA ZAGO UDENAL, Prefeita de Iporã, agradeceu em nome dos 399
509municípios pela seriedade que foi conduzido todo o processo e mencionou que
510era de responsabilidade dos Conselheiros dar continuidade às políticas que
511foram implantadas. O Presidente do Conselho, JOSÉ ANTONIO
512ANDREGUETTO, agradeceu a Prefeita, e mencionou que achava que o
513máximo que os Conselheiros representantes do Governo poderiam fazer era de
514relatar aos novos dirigentes a importância do Conselho. Ao encerrar a reunião
515fez um relato das ações do Governo e da Secretaria na gestão do meio
516ambiente e dos recursos hídricos na sua gestão enquanto Secretário de Estado
517do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Por fim, em não havendo outros
518informes, agradeceu a participação de todos, dizendo da importância desta
519participação efetiva, e em não havendo mais inscritos, deu por encerrada a
520reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, da qual eu,
521MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a
522presente Ata, em Curitiba, aos 29 dias de dezembro de 2002.

523

524

525De acordo

526Curitiba, 19 de maio de 2004

527

528

529

530

531

532LUIZ EDUARDO CHEIDA

533Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

534Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos